

PLANO DIRETOR

Expansão urbana ordenada será o maior benefício para Tangará, acredita Narezi

>> **Fabíola Tormes**
Redação DS

Com o objetivo de contribuir com o processo de participação popular, levando as informações para um número maior de pessoas, que o Diário da Serra apresentou durante toda esta semana um pouco do que foi apresentado pelos técnicos da Comissão Especial para a revisão do Plano Diretor Participativo de Tangará da Serra.

Nesta série de reportagens, três assuntos principais – abairramento, vazios urbanos e centralidade – foram apre-

sentados aos leitores e que hoje encerram com a participação de profissionais locais, iniciando com o arquiteto Luciano Narezi, que é membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Tangará da Serra (Condeurb) e Conselheiro Federal do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), além de que será um dos 30 delegados na III Conferência Municipal do Plano Diretor.

Para Narezi, todo esse processo que está sendo realizado é de suma importância para o crescimento do município. “Tudo que está sendo feito, está sendo pensa-

do de uma forma coletiva, para o crescimento da cidade, especialmente para se ter, a partir de agora, um crescimento ordenado de Tangará”, afirma o arquiteto, ao ressaltar que de todos os pontos que estão sendo debatidos, a expansão urbana ordenada será o maior benefício que Tangará receberá. “Talvez a sacada maior será o plano de expansão de Tangará, brecando a expansão desordenada, ocupando os vazios urbanos e depois prevenindo uma nova expansão. É simples. Planejar o crescimento ordenado de Tangará da Serra para os próximos anos”.



Narezi será um dos 30 delegados na Conferência Municipal

CRESCIMENTO ORDENADO

“Tangará tem que estar com olhar voltado para o futuro”, afirma especialista

>> **Fabíola Tormes**
Redação DS

Bem mais que cumprir o que determina a Lei, a revisão do Plano Diretor Participativo de Tangará da Serra é uma importante ferramenta para a resolução de problemas antigos e para o crescimento do município. “Temos problemas estruturais em Tangará da Serra e que podemos resolvê-los com essa revisão. Caso contrário a cidade vai ficar ruim para vivermos”, afirma o especialista em Administração Pública e membro do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Tangará da Serra (Conema), o engenheiro agrônomo Rui Alberto Wolfart, ao destacar que Tangará tem que estar com olhar voltado para o futuro. “Imaginando que teremos grandes obras para Tanga-



Engenheiro agrônomo Rui Alberto Wolfart

rá da Serra, independente da vontade do Executivo, precisamos ter um ordenamento para isso”.

“Precisamos saber o que podemos fazer dentro do perímetro urbano de Tangará da Serra para que não aconteça como no Loteamento Ipanema: uma autorização indevida, ilegal sobre meu entendimento, e que hoje

está na justiça porque não respeitou o que já estava previsto no Plano Diretor. Então queremos trazer transparência no processo legal a todos e para isso os desafios estão postos”, comenta, ao destacar que não podemos mais ter um crescimento desordenado. “Infelizmente pecamos em alguns anos de nossa história de termos

um crescimento ordenado, e por isso, hoje, os desafios estão postos e precisamos com eles olhar para o futuro. Precisamos desse planejamento para permitir que as pessoas vivam mais e melhor onde tem seu lar, sua residência (...) não podemos mais admitir essa expansão horizontal, que traz graves problemas para Tangará”.

FUNCIONAMENTO

Leis complementares são essenciais para efetivação do Plano Diretor

>> **Fabíola Tormes**
Redação DS

Porém, mais que planejar o futuro de Tangará da Serra através da revisão do Plano Diretor, especialistas afirmam que a criação e a atualização de leis complementares são essenciais para a real efetivação da Lei Complementar nº 120/2007.

“O Plano Diretor é o esqueleto e as leis complementares, seja ela de Ocupação do Solo, Plano de Mobilidade Urbana, Transporte Coletivo, Código de Postura, e outros, é o enchimento, para que haja assim total transparência nos procedimentos. Hoje cada projeto que entra na prefeitura tem um tratamento e isso não pode mais acontecer, pelo bem de Tangará. Precisamos ter

um ordenamento”, afirma Rui Alberto Wolfart, ao destacar que é preciso respeitar o artigo 186 desta Lei Municipal.

Da mesma opinião, Luciano Narezi destaca que o Plano diretor é a ideia central e que para ele ter um subsídio, devemos ter também um Código de Obra atualizado, por exemplo. “O nosso Código de Obras não prevê as iluminações e ventilações artificiais. O código é engessado neste sentido e portanto também precisa ser atualizado”, exemplifica Narezi, ao falar também sobre o Código de Uso de Ocupação do Solo que precisa ser feito, um complemento de como vai ser feita essa ocupação dos vazios urbanos. “Além do Código Tributário e outros complementares”.

A sua vida se completa quando você tem a liberdade para vivê-la do seu jeito, com tempo para usufruir com sua família. Através de seus serviços e de sua tecnologia, a Inviolável oferece tudo para que isso aconteça porque, com proteção e tranquilidade, fica tudo de bom pra você!

TUDO DE INVIO LÁVEL PRA VOCÊ!

65 3311.3311 • inviolavel.com

Há 30 anos a proteção de sempre.

30